

# Sumário

NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO . . . . .	15
NOTA DO AUTOR À 1ª EDIÇÃO . . . . .	19

## CAPÍTULO I

### ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

1 Controle judicial e a separação de poderes . . . . .	25
2 Aro disciplinar: formal e material . . . . .	28
3 Normatividade dos princípios jurídicos: reflexos do direito disciplinar. . . . .	30
4 Sindicabilidade do ato disciplinar: interna e externa . . . . .	32
5 Estrutura singular e concentradora do julgamento disciplinar . . . . .	35
6 Judicatura administrativo-disciplinar colegiada . . . . .	37

## CAPÍTULO II

### LIMITES DO CONTROLE JUDICIAL DO ATO DISCIPLINAR

1 Introdução . . . . .	43
2 Delimitação quanto à extensão . . . . .	44
3 Restrição quanto às conseqüências . . . . .	48
4 Alargamento do conceito de mérito . . . . .	50
5 Desnecessidade do exaurimento dos recursos internos . . . . .	53
6 Moderna compreensão do contexto de legalidade do ato disciplinar . . . . .	55

## CAPÍTULO III

### PROPORCIONALIDADE DO ATO PUNITIVO

1 Considerações introdutórias . . . . .	57
2 Escorço histórico . . . . .	58

3	Proporcionalidade no direito brasileiro . . . . .	61
4	Princípio da proporcionalidade em sede consritucional . . . . .	63
5	Elementos da regra da proporcionalidade . . . . .	67
6	Adequação da medida . . . . .	68
7	Adoção de medida menos onerosa . . . . .	69
8	Relação custo-benefício . . . . .	70
9	Proporcionalidade das reprimendas disciplinares . . . . .	72
10	Censura de ilegalidade e de inconstitucionalidade . . . . .	75
11	Redução da punição disciplinar pelo Judiciário . . . . .	76

## CAPÍTULO IV

### PRESCRIÇÃO DA TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR

1	Noções gerais . . . . .	77
2	Institutos afins: decadência, preclusão e preempção. . . . .	79
3	Prescrição ou decadência?. . . . .	81
4	Faltas prescritíveis e faltas imprescritíveis . . . . .	82
5	Prescritibilidade das infrações disciplinares . . . . .	84
6	Imprescritibilidade das faltas disciplinares no regime castrense. . . . .	84
7	Prescrição no Regime do Policial Federal . . . . .	85
8	Início do prazo prescricional . . . . .	86
9	Prescrição no caso de abandono de cargo . . . . .	89
10	Aposentadoria com uso de cerridão de tempo de serviço falsa . . . . .	91
11	Outros casos especiais de prescrição . . . . .	91
12	Suspensão e interrupção da prescrição . . . . .	93

## CAPÍTULO V

### TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO DISCIPLINAR

1	Considerações iniciais . . . . .	97
2	Conceito de prescrição. . . . .	99
3	Fundamenro jurídico da prescrição . . . . .	100
4	Maréria de ordem pública . . . . .	103

5	Lei de regência da prescrição . . . . .	103
6	Natureza jurídica da prescrição disciplinar . . . . .	106
7	Início do prazo presericional disciplinar . . . . .	109
8	Fato conhecível e não-fato conhecido . . . . .	111
9	Limites à admissão de escusas da administração. . . . .	112
10	Agente cognoscente dos indícios. . . . .	113
11	Fatos protegidos pelo dever de sigilo. . . . .	115
12	Provas obtidas por meio de interceptação telefônica . . . . .	118
13	Provas ilícitas juridicizadas pelos fatos circunstanciais . . . . .	119
14	Realidades indiciais divulgadas pela mídia . . . . .	121
15	Conclusões . . . . .	122

## CAPÍTULO VI

### PRESCRIÇÃO DISCIPLINAR REGULADA PELO DIREITO PENAL

1	Aspectos introdutórios. . . . .	125
2	Prescrição disciplinar regulada pela norma penal. . . . .	126
3	Supremacia da instância penal . . . . .	130
4	Correlação das prescrições penal e disciplinar . . . . .	132
5	Prejudicialidade da instância penal . . . . .	133
6	Equívoco do critério do recebimento da denúncia . . . . .	135
7	Coisa julgada em matéria penal . . . . .	138
8	Múltiplo enquadramento como forma de driblar a prescrição . . . . .	140
9	Exclusão do exame de mérito em face da prescrição retroativa . . . . .	142
10	Alcance dos institutos emprestados pelo direito penal . . . . .	144
11	Derradeiras considerações . . . . .	148

## CAPÍTULO VII

### ESTABILIDADE DA LIDE DISCIPLINAR

1	Introdução . . . . .	151
2	Efeitos decorrentes da relação processual. . . . .	152
3	Abertura judicial impertinente . . . . .	155

4	Incomunicabilidade das instâncias. . . . .	156
5	Ressalva da via ordinária . . . . .	159
6	Fundamentos da inalterabilidade da lide. . . . .	161
7	Litigiosidade da questão jurídico-disciplinar. . . . .	166
8	Consolidação da imutabilidade da lide. . . . .	169
9	Incoerência desesrabilizadora e injusta . . . . .	172
10	Coisa julgada qualificada como presunção jurídica absoluta. . . . .	173
11	Incentivo ao abuso da administração . . . . .	176
12	Princípio do paralelismo das formas . . . . .	177
13	Alteração criminosa da lide . . . . .	178
14	Conclusões . . . . .	179

## CAPÍTULO VIII

### PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DO ATO DISCIPLINAR

1	Considerações iniciais . . . . .	183
2	Supremacia do interesse público. . . . .	185
3	Sujeições públicas . . . . .	187
4	Princípios reitores da administração pública . . . . .	190
5	Legitimidade processual presumida. . . . .	195
6	Noções conclusivas . . . . .	197

## CAPÍTULO IX

### DELIMITAÇÃO TEMÁTICA DO PROCESSO DISCIPLINAR

1	Enfoques propedêuticos. . . . .	201
2	Concentração processual incomparável com o devido processo legal . . . . .	206
3	Ilegitimidade do julgamento comprometido com as conclusões da comissão . . . . .	209
4	Indispensáveis conectivos pré-processuais . . . . .	213
5	Constrangimento ilegal censurável por mandado de segurança. . . . .	215
6	Efeito vinculativo da imputação. . . . .	217
7	Fatos conexos e correlatos . . . . .	219

8	Necessário aditamento acusatório . . . . .	220
9	Determinação do raio apuratório em face do judiciário . . . . .	222
10	Orientação oficial equivocada. . . . .	224
11	Demarcação do raio acusatório. . . . .	225
12	Anexação extemporânea de novos elementos de prova . . . . .	227

## CAPÍTULO X

### AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA DAS INSTÂNCIAS

1	Regra geral da autonomia. . . . .	229
2	Relativismo do princípio . . . . .	231
3	Predominância excepcional da jurisdição penal . . . . .	232
4	Eficácia projetiva da condenação penal transitada em julgado . . . . .	234
5	Eventual repercussão da sentença penal absolutória . . . . .	234
6	Trancamento ou arquivamento do inquérito policial . . . . .	237
7	Exclusão da denúncia ministerial . . . . .	238
8	Falta residual. . . . .	239
9	Subordinação ao juízo penal. . . . .	241
10	Sobrestamento do processo disciplinar . . . . .	245
11	Reintegratória lastreada em sentença penal absolutória . . . . .	246
12	Demissão por improbidade administrativa independe de condenação judicial. . . . .	247
13	Desnecessidade de prévio processo disciplinar na responsabilização penal de funcionários e advogados . . . . .	251

## CAPÍTULO XI

### REMÉDIOS JUDICIAIS CABÍVEIS

1	Considerações introdutórias. . . . .	253
2	Mandado de segurança. . . . .	253
3	Ação ordinária. . . . .	258
4	Preferibilidade do rito ordinário. . . . .	260
5	<i>Habeas corpus</i> . . . . .	261
6	Pleitos reintegratórios . . . . .	265

## EMENTÁRIO DE JURISPRUDÊNCIA DISCIPLINAR

1 Afastamento preventivo . . . . .	267
2 Ampla defesa . . . . .	268
3 Arquivamento do inquérito policial. . . . .	270
4 Aspectos de legalidade do Ato Disciplinar . . . . .	270
5 Atividade incompatível com o cargo . . . . .	273
6 Ato administrativo disciplinar . . . . .	273
7 <i>Bis in idem</i> . . . . .	275
8 Colegiado processante – composição . . . . .	275
9 Competência disciplinar . . . . .	276
10 Contraditório e ampla defesa. . . . .	279
11 Delegação de competência disciplinar . . . . .	281
12 Demissão sumária de empregado estável . . . . .	283
13 Denúncia disciplinar anônima. . . . .	283
14 Dependência da instância penal. . . . .	285
15 Deserção. Serviço militar . . . . .	285
16 Direito de certidão e visra do processo disciplinar . . . . .	285
17 Discordância da comissão. Decisão fundamentada . . . . .	286
18 Embargos de declaração . . . . .	287
19 Exclusão da denúncia . . . . .	290
20 Falra residual . . . . .	290
21 <i>Habeas corpus</i> em matéria disciplinar . . . . .	290
22 Incidente de sanidade mental . . . . .	292
23 Indeferimento de diligências . . . . .	293
24 Improbidade adminisrrariva . . . . .	295
25 Imputação. Delimitação do raio apuratório da comissão. . . . .	295
26 Inconstitucionalidade. Resolução. Normas disciplinares . . . . .	299
27 Independência das instâncias. . . . .	300
28 Inrirmação processual-disciplinar . . . . .	304
29 Julgamento exasperante. . . . .	304
30 Julgamento antecipado da lide . . . . .	305
31 Junrada de documentos depois da instrução. . . . .	306

32 Limites dos controle judicial . . . . .	306
33 Liminar reintegratória . . . . .	307
34 Mandado de segurança . . . . .	307
35 Não-repercussão da sentença penal absolutória. . . . .	313
36 Não-repercussão do decisório disciplinar na instância penal . . . . .	314
37 Não revogação da Lei n. 4.878/65. . . . .	314
38 Nulidades processuais disciplinares . . . . .	315
39 Pedido de realização de diligência . . . . .	320
40 Pedido de reconsideração . . . . .	320
41 Poder disciplinar. . . . .	320
42 Portaria instauradora – imputação – delimitação do raio apuratório da comissão processante . . . . .	323
43 Prática de usura . . . . .	327
44 Prazo do processo disciplinar. . . . .	327
45 Prescrição disciplinar . . . . .	329
46 Prequestionamento . . . . .	334
47 Procedimento apuratório. . . . .	335
48 STJ. Autarquia. Empregada optante pelo FGTS. Prescindibilidade de procedimento administrativo apuratório. Demissão. . . . .	338
49 Procedimento de vitaliciamento . . . . .	339
50 Proporcionalidade da punição disciplinar. . . . .	339
51 Prova emprestada . . . . .	340
52 Punição por infração diversa da que fora imputada na peça de instrução e indicição . . . . .	341
53 Recurso extraordinário . . . . .	342
54 Reformatio in pejus. . . . .	342
55 Regime jurídico único – autarquia. . . . .	342
56 Renovação do processo disciplinar. Possibilidade . . . . .	343
57 Repercussão da sentença penal absolutória na instância disciplinar . . . . .	344
58 Rescisória em matéria disciplinar . . . . .	345
59 Responsabilidade disciplinar retroativa . . . . .	346

60	Revisão processual disciplinar . . . . .	347
61	Sigilo do processo disciplinar . . . . .	347
62	Sindicância disciplinar . . . . .	348
63	Suspeição e impedimentos. . . . .	352
64	Transformação de acusador em acusado . . . . .	355
65	Vista dos autos fora da repartição . . . . .	355

## REMÉDIOS JUDICIAIS (MODELOS)

1	Mandado de segurança . . . . .	357
2	Ação ordinária de reintegração em cargo público . . . . .	361
3	Razões finais em ação ordinária de reintegração (modelo). . . . .	371
4	Recurso de apelação em ação reintegratória (modelo). . . . .	385
5	Embargos de declaração (modelo) . . . . .	407
6	Recurso especial (modelo). . . . .	415
7	Recurso extraordinário (modelo). . . . .	423

## APÊNDICE LEGISLATIVO

1.	Lei n.º 8.112/90 (Regime disciplinar). . . . .	433
2.	Lei n.º 9.784/99 (Processo Administrativo) . . . . .	445

<b>BIBLIOGRAFIA</b> . . . . .	461
-------------------------------	-----

<b>ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO</b> . . . . .	467
--	-----